

Dr. Eng. Hermínio Duarte-Ramos
Editor de ELECTRICIDADE

Tutores da Educação

A educação não tem sido bem tratada neste Portugal. A oportunidade revolucionária após 25 de Abril foi perdida, na medida em que se desvenceu a dinâmica quando se atingiu um patamar de aparente inovação, que reconfortava os mais lúcidos acerca do nosso atraso estrutural como sociedade integrada na civilização da informação. O que existe não tem semelhança com o que existia há trinta anos, quer em infraestruturas quer em conteúdos pedagógicos. É certo. Mas o impulso do último quartel do século XX não deu para se atingir o nível da tranquilidade.

Até à educação superior a tutela está essencialmente entregue ao Ministério de Educação. Existem afloramentos profissionalizantes no Ministério do Trabalho e Solidariedade, para utilização das verbas de formação provenientes do Fundo Social Europeu. As componentes de especialização existentes nas escolas oficiais desenvolvem-se em paralelo com a componente nuclear, dando uma base mais sólida que os frágeis cursos de espectro estreito em curta duração. Isto é reconhecível. Mas uma estratégia não elimina a outra.

A questão que se põe é se os tutores devem ser distintos ou não. O meu pensamento sistémico diz que a integração será vantajosa. Deste modo criar-se-iam condições didácticas de entreajuda, que beneficiariam os resultados finais. É claro que o sistema educacional teria maior complexidade. Mas a exigência de um desempenho eficiente iria justificar a institucionalização de uma acronia (ou estrutura) com uma axonia (ou interconectividade) numa rede muito mais produtiva e de melhor qualidade. A interpenetração das concepções pedagógicas de base com inúmeros projectos técnicos afins permitiria enriquecer a educação nuclear pelas periferias da educação formativa. E, inversamente, cada afloramento profissionalizante poderia receber os suportes comuns à agregação societal. Entre eles evidencia-se a língua portuguesa e a filosofia sistémica.

Como as coisas estão, em compartimentos estanques ou pouco comunicantes, torna-se inevitável a desagregação societal, mercê da inconsistência educativa, consequente da incoerência estrutural das tutelas políticas. De

facto, o Ministério de Educação forma os jovens para a vida, mas não os forma totalmente para o exercício da vida em sociedade. Esta preocupação passa para a tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, numa perspectiva puramente técnica. As diferentes teleonomias (ou objectivos) a alcançar na saída de cada um destes dois sistemas conduzem a "produtos" distintos, que vão ser socialmente activos com finalidades diferenciadas.

Como os educandos pelos cursos de formação para o trabalho vão exercer actividades mais incisivas, eventualmente mais eficazes a curto prazo, estabelece-se a convicção do primado dos especialistas. Daí advém, a prazos mais dilatados e por efeito cumulativo, a desvalorização societal dos fundamentos da educação nuclear. Entre eles conta-se a iliteracia e a identidade cultural na diversidade das nações. O mais grave é a tendência recorrente para manter o Ministério de Educação separado do universo do trabalho.

Parece-me, portanto, ser urgente criar um **Ministério de Educação e Formação**, que se ocupe da globalidade dos múltiplos problemas da educação nuclear e formativa dos jovens até ao nível superior. Num modelo integrado. Único. Com entradas e saídas bem definidas pelas directivas políticas nacionais, obviamente em consonância com o espaço europeu.

A nível superior estão as universidades e os politécnicos. O tutor geralmente é também o Ministério da Educação, mas existem casos de tutelas partilhadas, com o Ministério da Saúde na medicina, o Ministério da Agricultura e Pescas na agronomia, o Ministério do Equipamento Social nas tecnologias náuticas e o Ministério da Defesa na engenharia militar, por exemplo.

Nesta imensa complexidade justifica-se uma reestruturação global, que passa pela integração num único **Ministério de Educação e Investigação**, para melhor articular todas as componentes vocacionais dos universitários e politécnicos, além de se integrar criteriosamente a investigação científica e tecnológica nessas vocações. O efeito integrador daí resultante originaria o necessário impulso de dinamização das estruturas sociais do País.

Estou convencido que a integração universitária e politécnica com a investigação científica e

tecnológica dá as saídas intelectuais e profissionais que o mundo do trabalho requiere, através de uma educação nuclear superior, dinamizadora dos projectos de concepção da sociedade e uma educação formativa superior, essencial à implementação eficiente desses projectos sociais.

O sistema actual não dá o passo em frente que desejamos. Um Ministério de Educação ocupado com todos os níveis (básico e secundário mais o superior), fraccionados nas suas componentes nucleares e formativas, já provou estar desadaptado da evolução civilizacional. Trata-se de um ministério excessivamente grande para lidar com os problemas intrínsecos aos referidos níveis, deixando por solucionar questões fundamentais à construção da sociedade em que vivemos, tanto na dimensão pré-superior como na escala superior. E o adiamento dessas soluções conduz à desagregação e ao deslastre dos conteúdos existentes.

Lembro-me do curso de serralheiro mecânico que preencheu a primeira parte da minha juventude, afastado da educação nuclear que devia ter recebido. Registo o esforço pessoal que tive de empreender para ultrapassar essa limitação mecanicista. Confronto as vantagens da perspectiva integrante definida posteriormente. Reconheço os benefícios da erradicação de estanciedades entre actividades afins e complementares. Por isso projecto um modelo unitário e interactivo com todas as implicações formativas para a sociedade.

Recordo-me do curso de engenheiro electrotécnico que preencheu a segunda parte da minha juventude, afastado da educação formativa que devia ter recebido. Registo o esforço pessoal que tive de empreender para ultrapassar essa limitação experimentalista. Confronto as vantagens da perspectiva integrada teórico-prática que se implementou nos últimos anos. Mas reconheço os malefícios do isolamento da investigação científica e tecnológica num Ministério da Ciência, principalmente pela rotura que provocou no meu espírito sistémico de acção e retroacção.

Compreende-se a importância de bem caracterizar os tutores da Educação, mesmo para a Engenharia? **E**